



---

**ENTRE TEMPORALIDADE E ESPACIALIDADE: UM OLHAR  
CRÍTICO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA MENTALIDADE  
ANTICOMUNISTA E CRIAÇÃO DO SNI NO BRASIL**

TITLE BETWEEN TEMPORALITY AND SPATIALITY: A CRITICAL LOOK AT THE CONSTRUCTION  
OF THE ANTICOMMUNIST MENTALITY AND THE CREATION OF THE SNI IN BRAZIL

**Nagib Aouar Claudino<sup>1</sup>**

**RESUMO**

A ditadura civil-militar teve como uma das suas marcas o aprofundamento de problemas e desigualdades socioeconômicas e socioespaciais, que prevalecem até os dias atuais no Brasil. A produção social do espaço político em uma ditadura é uma construção histórica que permeia diversos âmbitos da sociedade, assim como a construção da mentalidade anticomunista, utilizada como arma política na ditadura. A produção dos aparatos de vigilância da sociedade, a partir da criação dos serviços de informação, evidencia a tentativa de esterilizar qualquer participação civil que não esteja alinhada ao regime. Este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão histórico-geográfica permeada pelo materialismo histórico sobre as questões supracitadas, compreendendo a importância do tema para o tempo presente, uma vez que, após o golpe de 2016 e efetivamente após as eleições de 2018, as sombras do obscurantismo ditatorial soergueram do submundo da vida nacional e compreendê-las é de fundamental importância para efetivamente construir e fortalecer uma democracia com base numa visão de sociedade igualitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura civil-militar; Produção social do espaço político; SNI.

**ABSTRACT**

The civil-military dictatorship had as one of its hallmarks the deepening of problems and socioeconomic and socio-spatial

---

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Graduado em Geografia pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)- Campus de Diamantina/MG; Bacharel em Ciências Humanas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Membro do Grupo de Pesquisa Geoagrária da UERJ-FFP; Bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ, FAPERJ. E-mail: [nagib.a@hotmail.com](mailto:nagib.a@hotmail.com)

inequalities, which prevail to this day in Brazil. The social production of political space in a dictatorship is a historical construction that permeates different spheres of society, as well as the construction of the anti-communist mentality, used as a political weapon in the dictatorship. The production of society's surveillance apparatus, from the creation of information services, evidences the attempt to sterilize any civil participation that is not aligned with the regime. This work aims to make a historical-geographical reflection permeated by historical materialism on the aforementioned issues, understanding the importance of the theme for the present time, since, after the 2016 coup and effectively after the 2018 elections, the shadows of the dictatorial obscurantism rose from the underworld of national life and understanding them is of fundamental importance to effectively build and strengthen a democracy based on a vision of an egalitarian society.

**KEYWORDS:** Civil-military dictatorship; Social production of political space; SNI.

## INTRODUÇÃO

A ditadura Civil-Militar, que se iniciou em 1964 e perdurou por vinte e um anos no Brasil, foi um processo político extremamente amplo no contexto da geografia histórica da política nacional, uma vez que a ditadura brasileira estava ligada a processos de amplitude global no contexto da chamada guerra fria. As ditaduras latino-americanas se manifestaram socioespacialmente numa dialética entre as particularidades regionais e questões mais amplas da geopolítica das potências que lutavam pela hegemonia global naquele momento histórico. A compreensão dessa produção do espaço social do período da ditadura é de significativa importância, principalmente para efetivação e compreensão das incompletudes da democracia brasileira que nos assola ainda hoje. Tal empreitada requer do Geógrafo uma mudança de paradigma, uma vez que muito é dito sobre a Geografia ser uma ciência do tempo presente, como se geograficidade e historicidade pudessem ser separadas e até dicotomizadas, o que vai na contra-mão daqueles que almejam uma análise a partir do conceito de totalidade. Para Porto-Gonçalves (2003), da mesma forma que todo o espaço geográfico está impregnado de historicidade, a história também está impregnada de geograficidade, o que quer dizer que à Geografia não cabe estudar apenas o presente dos lugares, pois se assim fosse, iria "(...) na direção exclusiva da interpretação do presente dos lugares, e não no caminho da interpretação dos lugares(...)" (ABREU, 1996, p. 15).

Nessa perspectiva de análise, hora a historicidade vai estar mais presente, hora a espacialidade, não estabelecendo necessariamente barreiras disciplinares entre

História e Geografia. Para tanto, a visão de Cosgrove (1998) mostra um caminho interessante, quando o mesmo reflete sobre a Geografia e diz que necessariamente não está preocupado em contribuir com a mesma como disciplina distinta, ou fornecer legitimidade para além da já existente para a disciplina na história da institucionalização do conhecimento burguês, mas chama atenção para o que é o verdadeiro significado da Geografia radical, que tem sua importância dentro da prática de um campo, que é o materialismo histórico.

Partindo de tais premissas, esse trabalho visa trazer um resgate histórico geográfico desse espaço social político que inegavelmente nos impacta até os dias atuais. Dessa forma, traz-se primeiro uma reflexão sobre a ditadura civil-militar brasileira e posteriormente, uma análise dos mecanismos de controle social dos órgãos de informação, sua origem ideológica, para que seja possível tentar compreender, a partir desse olhar retrospectivo, como se chegou nesse estado de coisa do tempo presente.

## **ESPAÇO SOCIAL POLÍTICO**

A produção do espaço para Santos (2008) está atrelada ao ato de produzir, produzir é produzir espaço. Ele considera que, a partir da relação homem/natureza, o homem começou a retirar os elementos necessários para sua vida e passou de uma perspectiva de mera necessidade biológica animal (causalidade) para uma condição de ser social ou, como Milton Santos prefere denominar, de homem social. Essa produção se dá a partir do trabalho humano, através do desenvolvimento da técnica.

Em Carlos (2018), encontra-se uma reflexão nesse mesmo sentido, para ela, o espaço como produção nasce da história da relação do homem com a natureza, na qual o homem através do trabalho transforma a natureza, até que ela assuma a condição de criação humana, atividade esta que mantém o homem vivo e reproduzindo, num movimento de humanização da humanidade.

Segundo Santos (2008), a construção do homem social através do trabalho e o consequente aprimoramento da cooperação em sociedade, cujo processo de intervenção modificou a primeira natureza - transformando-a em segunda natureza - culminou na produção do espaço a cada nova técnica implementada. A exemplo de mudanças técnicas, inicialmente, tem-se a domesticação de algumas plantas para vida humana, até se chegar a modificações mais contemporâneas, como alterações técnico

científicas, que produziram mudanças espaço temporais mais significativas no processo de organização humana.

A socialização da produção humana, baseada numa divisão do trabalho e organizada numa concepção de cooperação, trocas e comércio simples, foi substituída por relações sociais de comércio especulativo que promoveram uma ruptura nas relações de produção baseadas em valor de uso e criaram a supremacia das relações baseadas no valor de troca, o que conseqüentemente vai reverberar na produção do espaço.

Ainda segundo Santos (2008), com a complexificação do processo produtivo e das dinâmicas sociais, já não se pode falar mais de produção do espaço estritamente como consequência da produção, mas o espaço social político aparece como um ator de relevo na totalidade da produção do espaço.

Para Carlos (2018), no processo de reprodução social do espaço, em que a sociedade se integra a um determinado espaço-tempo, num dado momento histórico, a reprodução do espaço se apresenta enquanto fundamental na reprodução da vida. A relação entre homem e a segunda natureza produzida exige o entendimento de várias relações que compõem uma mesma totalidade de um modo de produzir, tais como relações sociais, políticas, culturais, jurídicas, ideológicas etc... Para a autora, o nível político, especificamente, tem como condição para sua ação a definição do território em que o Estado exerce seu controle e vigilância. Sendo assim, o Estado promove estratégias “que orientam e asseguram a reprodução das relações do espaço inteiro, (...) produzindo-o enquanto instrumento político (...) organizado e manipulado.” (CARLOS, 2018, p.76).

Partindo das reflexões teóricas supracitadas, infere-se que para entender a produção do espaço social político do tempo presente, que integra a totalidade do processo de reprodução do capital, é de fundamental importância recorrer a aspectos geohistóricos da política nacional, pois só compreendendo as tecituras da construção histórica do ideário conservador e antiesquerda que permeia o Estado Brasileiro, pode-se necessariamente fazer o enfrentamento efetivo do problema. Para tanto, é necessário compreender o constructo basilar da ditadura-civil militar e a produção do seu espaço político.

## A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

A Ditadura Civil-Militar representou um dos mais importantes momentos do espaço político nacional e entendê-la se faz de fundamental importância para qualquer exercício de tentativa de compreensão da realidade brasileira, até mesmo para compreender a sombra do autoritarismo que ronda o Brasil, e que, de forma mais caricatural, colocou as “garras de fora” a partir da eleição de 2018.

De partida, é importante compreender que a expressão Civil-Militar no nome da ditadura não se trata de um jogo de palavras, um mero chavão militante ou adjetivação retórica, mas sim de uma expressão carregada de profundo rigor da análise objetiva de evidências. Isso quer dizer que o golpe militar de 1964 não foi uma atitude desarvorada de militares que do dia para noite resolveram atentar contra o regime constitucional e o presidente legitimamente eleito, porém o fizeram com amplo apoio e estímulo das elites urbana, agrária, imprensa e igreja católica (FICO, 2014).

O autor citado anteriormente, utiliza a definição Golpe Civil-Militar, porque, para ele, o golpe teve indiscutível participação da sociedade civil, mas a Ditadura foi necessariamente militar, o que do nosso ponto de vista não se sustenta, uma vez que com a repressão histórica de sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais do campo e outras manifestações da sociedade civil, ficou evidente que a burguesia e a elite agrária brasileira eram diretamente beneficiárias e interessadas no regime estabelecido, tendo em vista que ele proporcionava maior liberdade pra promover ampla extração do que Marx (2017) denominou de mais valor, assim como também promoveu o que Harvey (2014) denominou de acumulação por espoliação.

Para Harvey (2014), dentre as diversas características da acumulação por espoliação, pode-se citar a expulsão da população do campo e posterior proletarização dessa massa sem terra, assim como a substituição da agricultura familiar pelo agronegócio. Assim, o Estado, com seu monopólio do uso da força e seu papel desenvolvimentista, mantém lógicas territoriais e capitalistas do poder relacionadas, o que, quando se pensa em uma ditadura, apenas agudiza e aprofunda o grau de violência.

A atuação dos militares no ambiente econômico se caracterizava pela efetivação do modelo desenvolvimentista, que tinha o crescimento econômico fomentado por forte intervenção do Estado, expansão industrial, uma política de substituição de importações e criação da infraestrutura para expansão da indústria. Nesta época,

houve significativo crescimento econômico, principalmente a partir de 1968, período que ficou conhecido como “Milagre Brasileiro”, entretanto, mesmo com crescimento econômico, esse período ficou marcado por expressiva concentração de renda (CALIXTO,2006).

Optou-se por um crescimento econômico acelerado, sem cuidar da redução das desigualdades sociais. É desta época a “teoria do bolo”, que propunha fazer o “bolo” crescer, ou seja, aumentar as riquezas de poucos, para depois dividi-lo com o restante da população. Mas, é fato que ou a distribuição do bolo ainda não foi feita, ou foi feita nos princípios do “quem parte e reparte fica com a maior parte”, excluindo a grande maioria da população brasileira dessa divisão. (CALIXTO, 2006, p.22).

Tais observações e apontamentos não se tratam de technicalidades econômicas ou geo-históricas, mas sim uma abordagem importante com intento de dar visibilidade ao caráter classista dos diversos atores envolvidos na produção desse espaço social político. Deixar os resultados nefastos dos 21 anos de ditadura apenas na conta dos militares é uma forma de encobrir o caráter autoritário que historicamente esteve impregnado na classe dominante do país. Existe uma velha expressão de língua latina que diz “cui bono?”, que significa “a quem beneficia?”, baseado na potência dessa expressão, pode-se refletir tanto a quem interessava a ditadura, assim como também a quem interessa ocultar o efetivo apoio das elites civis ao regime.

É lugar comum entre as análises mais conservadoras sobre o processo do golpe a afirmação que o então presidente João Goulart, ou apenas Jango, foi deposto em larga medida por sua incompetência administrativa, medo das classes médias quanto a suas propostas de reformas de base, seu suposto plano de implantar um regime comunista no país, porém as pesquisas mais recentes traçam um mapa eleitoral dos principais estados e cidades do país que evidenciam significativamente o oposto. O Ibope doou um acervo de documentos que abrange o período pré-golpe para a UNICAMP, na qual o historiador Luiz Antonio Dias tem realizado pesquisas, os dados demonstram evidente vantagem às propostas do então presidente em um possível pleito que iria ocorrer em 1965, se não tivesse havido o golpe em 1964. Os dados do instituto de pesquisa IBOPE, criado no ano de 1942, mostravam razoável apoio popular a Jango, às vésperas do golpe (FICO, 2004).

O então presidente, contava com metade das intenções de voto na maioria das capitais, perdendo só para Juscelino Kubitschek em Belo Horizonte e Fortaleza. Os dados também demonstravam que 55% dos paulistanos apoiavam as medidas de

reformas de base apresentadas no marcante comício da Central do Brasil e que o projeto de reforma agrária de Jango tinha acima de 70% de aprovação em algumas capitais brasileiras (FICO,2014).

Para Schwarcz e Starling (2018), a questão agrária, a pauta de reforma agrária estavam entre os maiores desafios políticos enfrentados no período antes do golpe. No nordeste do Brasil, a reforma agrária estava no topo da agenda política, era objeto de profunda disputa e conflito entre proprietários de terra, camponeses e o governo. Entre os proprietários de terra existia verdadeiro pavor da sindicalização rural e oposição à reforma agrária, o que se manifestou de forma mais aguda no armamento dos proprietários de terra visto com significativa força a partir de 1963.

No dia 31 de março de 2019, o então presidente da república Jair Bolsonaro, a despeito de qualquer evidência histórica, fez vídeos de comemoração ao Golpe de 1964, numa tentativa tosca, mas perigosa de tentar reviver a chama de um medo do comunismo que no pré 1964 foi bastante instrumentalizado. A grande diferença é que na década de 1960 existia a Guerra Fria e disputas geopolíticas que de certa maneira serviam de base real para possíveis especulações, porém no tempo presente a evocação do anticomunismo se apresenta como teoria da conspiração em estado puro. Apesar de tais teorias da conspiração se apresentarem a priori de forma jocosa, elas exercem a função nefasta de despertar sentimentos antiesquerda que se manifestam de forma ampla, indo desde o sentimento de ódio que assolou o Partido dos Trabalhadores nos últimos anos, até resistências históricas a políticas de inclusão social com recorte de classe, gênero e raça. A cultura antiesquerdista serve como aparato ideológico que se contrapõe a pautas meramente civilizatórias, ou até mesmo de saúde pública, como se viu em tempos recentes nas manifestações antivacina na fase mais intensa da pandemia de covid 19 (MOTTA, 2021). É sempre bom lembrar, como afirma Thompson (1998), não existe desenvolvimento econômico que não passe também pela cultura, a cultura pode ser uma ferramenta utilizada e apropriada pelo capital para disciplinar a classe trabalhadora.

A digressão do parágrafo anterior, em diálogo com o tempo presente, é de fundamental importância para compreensão das lutas políticas recentes, que evocam sempre o papel da memória do perigo vermelho, comunista da década de 1960 e 1970. Contudo, qual a origem desse sentimento anticomunista que produziu esse espaço social político da ditadura? Existiu realmente uma ameaça comunista no Brasil? Estas

questões são efetivamente importantes para compreensão desse processo de instrumentalização do medo como arma política (MOTTA,2021).

Após o golpe de 1964, o discurso anticomunista e apoio à ditadura por parte dos formadores de opinião foi evidente, os editoriais dos principais jornais do país deixaram clara a posição sobre o perigo vermelho, dentre eles pode-se citar o editorial do jornal Globo que constava expressões como “entrega do país aos vermelhos”, pedidos a Deus que livre a pátria da “escravidão comuno-fidelista”, assim como também se viu no jornal do Brasil que se referia ao golpe como ‘A virilidade do movimentos cívico’, demonstração de aversão do povo brasileiro à “comunização”. A conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, também se expressou através de manifesto após o Golpe. Pode-se ler expressões no manifesto como “as forças armadas evitaram a implantação do regime bolchevista”, “Deus atendeu nossas orações e nos livrou do perigo comunista.”. (MOTTA,2021). As evidências não deixam dúvidas de que as narrativas dos apoios ao golpe utilizaram como base a exploração do anticomunismo para se legitimar.

A produção desse pensamento anticomunista no Brasil tem origem nos anos de 1960. Pode-se chamar de uma tradição conservadora existente no Brasil desde o início do século XX, mas com consolidação forte a partir de 1935, com a tentativa de insurreição revolucionária de militares, liderada por comunistas, mas com adesão de diversos grupos sem militância, processo que ficou conhecido nos meios oficiais como intentona comunista.

Esse levante de 1935, segundo Sodré (1986), foi resultado de uma má avaliação e utopismo das forças de esquerda, que assistindo a efervescência operária a partir de 1930 - geralmente greves operárias por salário - o relativo sucesso do tenentismo e da Coluna Prestes nos anos 1920, acreditou que ali poderia haver a estrutura efetiva para um levante popular.

Ainda segundo Sodré (1986), havia também uma postura antifascista nesses movimentos, uma vez que o Brasil abrigava uma versão brasileira do fascismo, que era o movimento integralista. Pode-se avaliar numa perspectiva escalar que havia uma geografia política do fascismo, na qual as forças reacionárias internacionais estavam em ascensão, uma vez que internacionalmente tinha-se o Nazismo e o Fascismo italiano de Mussolini, em que o primeiro teve ligação bem aproximada com o governo do Brasil. Um fato histórico bastante emblemático que pode-se citar sobre essa aproximação, foi o caso da entrega da militante comunista, Olga Benário, que era



esposa de uma das lideranças do levante de 1935, Luis Carlos Preste. A militante Olga, foi entregue grávida para o governo de Hitler e morreu posteriormente nas câmaras de gás nazista.

O pensamento conservador, sempre que se trata de questões históricas referente à repressão de movimentos sociais e grupos de esquerda, tenta evocar uma suposta polarização como se os dois lados estivessem no mesmo patamar de igualdade de violência e poder de ação, como se existisse alguma simetria entre militância social, resistência e o terrorismo de Estado perpetrado em vários momentos no Brasil e na América Latina. Tal constructo foi tentado em outros locais da América Latina. Na Argentina, ficou conhecida como a teoria dos dois demônios. Segundo Franco (2014), a teoria dos dois demônios leva em consideração a ideia de que existem duas forças, as guerrilhas de esquerda e as forças armadas do Estado, e as duas tem responsabilidade pela violência, numa relação de ação/reação.

No processo relatado anteriormente, tratado nos meios oficiais ainda hoje como intentona comunista, que seria o início para a construção de uma perspectiva anticomunista no Brasil e que desaguou anos depois no golpe de 1964, as evidências mostram que o Estado Brasileiro já flertava com uma postura autoritária e anticomunista e que se valeu de erros táticos da esquerda, além de muitas vezes fomentar revolta nas esquerdas para legitimar um estado de repressão.

Segundo Sodré (1986), a lei de Segurança Nacional enviada por Vargas ao Congresso teve sua aprovação em abril de 1935 e jogou na ilegalidade o movimento Aliança Nacional Libertadora (ANL), juntando-o ao Partido Comunista, que já se encontrava na clandestinidade. Para o autor, os reacionários historicamente dão corda para a própria esquerda se enforcar, o que significa que historicamente governos de direita criam situações para criar um ambiente de radicalização entre as esquerdas, para posteriormente legitimar uma violenta perseguição e repressão.

Percebe-se que a Lei de Segurança Nacional e a perseguição à esquerda começam no primeiro semestre de 1935, porém o levante denominado de Intentona Comunista só ocorre em novembro de 1935, o que deixa evidente que o anticomunismo já era gestado antes de qualquer ato de resistência ou levante por parte da esquerda, demonstrando que a Intentona comunista serviu como bode expiatório para a construção do famoso perigo vermelho, bem como serviu e serve não apenas para perseguir revolucionários, mas qualquer posicionamento de base efetivamente progressista (SODRE,1986).

Para Motta (2021), tanto a ditadura de 1937, conhecida como ditadura Vargas ou ditadura do Estado Novo, quanto a ditadura Civil-Militar de 1964 lançaram mão da ameaça comunista para dar legitimidade à ditadura de direita. O autor chama atenção para o fato de que a pretexto de risco de uma ditadura comunista, o país sempre foi mergulhado em uma ditadura. Ele reflete que tais obsessões anticomunistas tiveram raízes profundas fincadas tanto no meio militar, quanto em grupos religiosos do país, e que, é importante perceber a complexidade, existia uma mescla de oportunismo e sinceridade. Por um lado, existia lideranças que se apropriaram do medo da população para implantar um regime e ganhar dinheiro e poder, por outro lado existia, sim, um medo sincero por parte de muitas lideranças políticas. Para o autor, houve uma industrialização do anticomunismo, ou seja, de fato em larga medida foi transformado em negócio e uma forma oportunista de combater qualquer tipo de movimentos social que luta por direitos e reformas sociais.

O medo do perigo vermelho no Brasil nos remete à célebre fala de Marx a respeito das obras de Hegel sobre os grandes fatos e grandes personagens da história mundial, na qual a repetição da história se apresenta “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.” (MARX, 2011, p.25). No caso brasileiro, historicamente, o perigo vermelho sempre foi capaz de combinar tragédia e farsa todas as vezes em que aparece. As evidências mostram que era uma farsa o risco do comunismo no Brasil na década de 1960. Segundo fontes de órgãos de inteligência norte-americanos, as quais foram publicizadas posteriormente, o Brasil, no pré golpe, tinha entre 25 e 40 mil comunistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), num universo de 75 milhões de habitantes. Outra questão muito alardeada no pré golpe é que Jango tinha intenções de fomentar a luta comunista no Brasil, o que não se sustenta, uma vez que o presidente golpeado se negou a ajudar a resistência armada contra o golpe, fugindo pro Uruguai com a mensagem de que não derramaria sangue brasileiro (Motta, 2021). Todas as evidências mostram que nunca existiu um risco real de revolução comunista no Brasil e que a farsa se transformou na tragédia da ditadura, assim como também no tempo presente, a farsa do perigo vermelho aliada à destruição do espaço político, através de perseguição de lideranças políticas por um judiciário politizado, também em alguma medida nos levou a tragédia do governo Bolsonaro.

## A DOCTRINA DE SEGURANÇA E SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Para Santos (2008), a partir do pós guerra, quando se inicia efetivamente a hegemonia estadunidense na economia e na difusão das ideias, a produção de ideias em larga medida foi destinada a servir ao projeto imperial, seja no âmbito comercial ou político. Para o autor, o Macartismo foi uma praga que se estabeleceu sobre todas as dimensões do espaço social estadunidense. No Brasil, o papel e espírito persecutório exercido pelo Macartismo foi exercido pela ditadura civil-militar, mas com forte influência do imperialismo dos EUA. A ditadura civil-militar como mencionado anteriormente, teve efetivo beneficiamento da elite e contou com apoios diversos, seja por interesses pecuniários ou por jogo de poder, mas o caráter militar da ditadura continha especificidades e estratégias próprias do campo militar, o que necessariamente é o que tentaremos refletir.

Segundo Lagoa (1983), o Sistema Nacional de Informação que se instalou no Brasil nos anos 1960, não foi apenas um aparelho repressivo policial, mas fazia parte de uma estratégia global, que floresceu a partir de diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional. Para a autora, esse constructo da formação da mentalidade militar brasileira se deu com a mescla de variáveis como tradição intervencionista, influência do positivismo na perspectiva do que é progresso, ciência e industrialização, as experiências obtidas junto ao exército estadunidense na II Guerra Mundial, e por fim, premissas geopolíticas postas a partir da década de 1930 sobre o papel do Brasil na América do Sul. Essa mentalidade foi pavimentada a partir da criação da Escola Superior de Guerra (ESG) que, segundo a autora, seria o grande laboratório onde foi gestado o golpe de 1964.

Em Alves (1894), encontra-se na reflexão sobre as origens da ideologia de segurança nacional, uma visão escalar ampliada, numa perspectiva que reflete Brasil e América Latina no contexto da Guerra Fria. Para Alves, dialogando com a autora Margaret Crahan, a ideologia de segurança nacional na América Latina começou no Brasil ainda no século XIX e em países como Argentina e Chile já no século XX. Essas ideias agregam em sua base teorias geopolíticas, o antimarxismo, o conservadorismo ligado ao pensamento católico social, ideias que podem ser encontradas em grupos como a Opus Dei na Espanha.

Com a guerra fria e a conseqüente disputa entre URSS e EUA, a visão de guerra total das duas superpotências é agregada à doutrina de segurança nacional na América Latina, porém manifesta de forma diferente. Para os teóricos de segurança nacional estadunidenses, havia uma ênfase no conceito de guerra total, planejamento de métodos e ações nucleares, já para países europeus como a França, a estratégia se manifestava como guerra limitada em resposta a possíveis ameaças dos vermelhos. Na América Latina, a doutrina se manifesta como Segurança Interna, como defesa em resposta à ação direta dos comunistas. De forma concreta, a Doutrina de Segurança Nacional dos Latino Americanos se preocupava com o aumento de lutas e crescimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora. O inimigo principal era a subversão interna. No caso brasileiro em específico, para além do já citado anteriormente, a doutrina tinha a especificidade de fazer uma ligação entre desenvolvimento econômico, segurança interna e externa (ALVES,1984).

A Escola Superior de Guerra (ESG) serviu para a implantação e adaptação dessa ideologia de segurança nacional e sabe-se que uma missão militar dos EUA trabalhou junto aos brasileiros no processo de fundação dessa instituição e deu orientações por cerca de 12 anos (ARRUDA,1980). A ESG foi fundada em cima de 7 princípios básicos, sendo eles:

1. a segurança nacional é uma função mais do que potencial geral da nação do que de seu potencial militar; 2. o Brasil possui os requisitos básicos (área, população, recursos) indispensáveis para se tornar uma grande potência; 3. o desenvolvimento do Brasil tem sido retardado por motivos que podem ser removidos; 4. para a obtenção dessa aceleração é preciso utilizar uma força motriz e um processo de aplicação dela; 5. as soluções nacionais não surgiram por causa do processo de aplicação dessa força e a falta de hábito de trabalho conjunto; 6. é preciso substituir o “método de pareceres” por outro que dê soluções harmônicas e equilibradas; 7. é preciso criar um instituto nacional de altos estudos, que se voltasse para a solução dos problemas de segurança nacional. (COMBLIN, 1978, p.155)

Sabe-se que a ESG foi pensada inicialmente para formar militares para o alto comando, porém com o passar do tempo a instituição estendeu cursos para civis e militares de outras áreas, a formação era voltada para preparar pessoas para assumirem cargos importantes na área de segurança nacional. A doutrina da instituição infere dois aspectos basilares que são “fins a atingir e meios de empregar”, o que significa que na ação política do Estado, os fins são fruto da visão cultural dos grupos que hegemonomizam o Estado, já os meios são a capacidade e o desejo desse

grupo, isso pra eles é Poder Nacional. Este poder se expressa militarmente, economicamente, psicossocialmente e politicamente (LAGOA, 1983).

Ainda segundo Lagoa (1983), o conceito de segurança nacional da ESG tem uma visão efetivamente intervencionista e de inimigos internos, uma vez que no Capítulo III da doutrina de segurança nacional pode-se ler diretrizes que vão na direção de que cabe a ESG a conquista e manutenção dos objetivos nacionais, independente das oposições e pressões. Ainda nesse capítulo, a doutrina de segurança nacional trata da Guerra Revolucionária Comunista, o que inspirou a Lei de Segurança Nacional de 1969, onde eles deixam claro que é um “conflito interno”, que visa conquistar de forma subversiva o poder no país. Os planos da doutrina de segurança nacional, principalmente a partir da década de 1970, deram forma ao sistema de segurança e informação. Na doutrina dos militares a informação tinha um papel fundamental: a elaboração global do combate aos inimigos internos. (LAGOA,1983).

Nessa linha de ação, o item informação tem um papel essencial no planejamento global da defesa interna. É a DSN dedica um capítulo a esse tema, conceituando o tema e seus adjacentes. Informe, para a ESG, “é qualquer dado (observação, fato, relato ou documento) que possa contribuir para o entendimento de determinado assunto, problemas ou situação. Informação é o conhecimento de um fato ou situação resultante do processamento inteligente de todos os informes disponíveis, relacionados com o referido fato ou situação, devendo sempre atender a uma necessidade de planejamento, de execução ou de acompanhamento de atos decisórios”. O ciclo de informação percorre várias etapas: orientação, produção, planejamento, coleta, busca, processamento, exame e análise, integração, interpretação e difusão. (LAGOA,1983, p.16)

Como é possível ver de forma mais sistematizada na figura abaixo.

As informações na segurança interna



Fonte: Doutrina Básica -1979- ESG apud LAGOA, 1983, p. 16.

A produção de informação pelo órgão de segurança nacional geralmente tinha duas classificações. A primeira seriam Informações para Área de Desenvolvimento, essas informações eram produzidas por órgãos de estado, sistemas descentralizados da administração pública e eventualmente até por sistemas privados. São documentos de livre circulação e quase nunca reservados. Já o segundo tipo de documento era o de Informações Para a Área da Segurança, esse tipo de informação não tem limitações, poderia mesclar tanto informações da área de desenvolvimento quanto de fontes sigilosas. Esses documentos estão sempre classificados como secretos ou sigilosos e só podem ser trazidos a público depois de um longo tempo. Esse tipo de documento também identifica antagonismos políticos, pressões e possíveis desafetos do regime, são produzidos de forma centralizada (LAGOA,1983).

O Serviço Nacional de informação foi criado pela Lei nº 4.341 de 1964 no governo ilegítimo do General Castello Branco pós-golpe. A atuação do SNI, segundo consta no próprio corpo da lei nos artigos 1º e 2º, está voltada para assuntos atinentes

à segurança nacional, para superintender e coordenar as atividades de informação e contra-informação em todo território nacional, especialmente os assuntos de segurança nacional (BRASIL, 1964).

Segundo Lagoa (1983), a ação do SNI se distribui em três frentes de atuação, que são política, tóxico e pornografia. Segundo a autora, para os militares estes três itens são vírus do comunismo internacional que tentam minar a estrutura militar.

Na perspectiva formal administrativa, o órgão era dividido em cinco secretarias, coordenadas por um único general. As principais delas eram a secretaria psicossocial, que vigiava igrejas, sindicatos e possíveis lideranças sociais em processo de formação. “Basta, por exemplo, que um padre faça um sermão considerado esquerdista para que seja “plotado” pelo órgão e submetido a análise.” (LAGOA, 1983, p.21) e a secretaria política, esta responsável por vigiar os partidos políticos e parlamentares em todo território brasileiro. A secretaria econômica controlava as atividades privadas, compra por empresas de equipamentos no exterior e operações financeiras. A secretaria de subversão, ficava incumbida de monitorar possíveis movimentos considerados subversivos, inclusive o Partido dos Trabalhadores (PT) já foi sinalizado como lugar de ação do movimento comunista internacional (LAGOA, 1983).

O SNI também servia como aparato persecutório de trabalhadores da administração pública, fazendo uma espécie de macartismo à brasileira, indicando quem podia e não podia ocupar determinados espaços no Estado, fossem servidores da administração direta ou indireta, tinham a sua “biografia” submetida a análises. Abaixo pode-se ver um modelo da ficha que era utilizada para análise ideológica de pessoas, o que demonstra o alto grau de organização no processo de perseguição da esquerda nacional.

## Modelos de ficha para análise ideológica

SNI 23

**QUADRO 2**

**Ficha sintética de apreciação sobre o levantamento de dados biográficos efetuados**

L D B N.º \_\_\_\_\_ Nome \_\_\_\_\_

Cogitação \_\_\_\_\_

<b>1</b>	<b>Posição ideológica</b>	<input type="checkbox"/> Democrata <input type="checkbox"/> Comunista <input type="checkbox"/> Esquerdista <input type="checkbox"/> Sem posição definida <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Os registros não permitem opinião conclusiva
<b>2</b>	<b>Atitude com relação à Revolução de 31/mar/64</b>	<input type="checkbox"/> Integrado <input type="checkbox"/> Adesista <input type="checkbox"/> Contrário <input type="checkbox"/> Contra-revolucionário <input type="checkbox"/> Sem posição definida <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Os registros não permitem opinião conclusiva
<b>3</b>	<b>Atividades subversivas</b>	<input type="checkbox"/> Atuante <input type="checkbox"/> Simpatizante <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Os registros não permitem opinião conclusiva
<b>4</b>	<b>Probidade administrativa</b>	<input type="checkbox"/> Há registros positivos <input type="checkbox"/> Há registros negativos <input type="checkbox"/> Não há registros
<b>5</b>	<b>Eficiência funcional ou profissional</b>	<input type="checkbox"/> Há registros positivos <input type="checkbox"/> Há registros negativos <input type="checkbox"/> Não há registros
<b>6</b>	<b>Conduta civil</b>	<input type="checkbox"/> Há registros positivos <input type="checkbox"/> Há registros negativos <input type="checkbox"/> Não há registros
<b>7</b>	<b>Observações</b>	
<b>Apreciação final</b>		
<input type="checkbox"/> Não há restrição <input type="checkbox"/> Os registros existentes não contra-indicam o aproveitamento <input type="checkbox"/> Não existem elementos de convicção que contra-indiquem o aproveitamento <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Não deve ser aproveitado		

Fonte: LAGOA, 1983, p. 23

O SNI exerceu uma efetiva tutela e perseguição sobre os diversos grupos políticos, principalmente as esquerdas e movimentos sociais, que reverberou nos rebatimentos da produção desse espaço social político do país, promovendo profundos retrocessos e a produção do espaço em sua totalidade eivado de sofrimento. A ditadura por sua tradição positivista operacionalizava sua estratégia a partir de uma visão geográfica bastante sistematizada do território nacional, e, para tanto, a produção de informações e contenção de qualquer antagonismo foi uma marca do regime.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos aspectos teóricos e histórico-geográficos expostos, evidencia-se que a Ditadura Civil-Militar foi um regime gestado no espaço social político do país, muito antes de 1964. Para além da crise estrutural do capital que tem na sua essência processos de crises e degradações sociais sistêmicas, pode-se descrever a ditadura brasileira como o resultado de variáveis que formaram o espaço político e social que nos legou vinte um anos de ditadura, tais como, uma construção histórica de uma sociedade marcada pelas profundas desigualdades e opressões sociais, um cultura católica conservadora, uma elite herdeira de um nefasto processo colonial e escravagista e uma potência imperialista disposta a exercer a sua hegemonia a qualquer custo e abortar qualquer resquício de revolução social.

A organização dos serviços de inteligência da ditadura e seu poder persecutório, evidenciado ao longo do texto, demonstra que o espaço social político no período da ditadura militar era profundamente elitista e anti-povo, uma vez que a mínima manifestação de organização da sociedade civil, muitas vezes sem nenhuma ligação com o pensamento comunista, era sistematicamente desmantelada.

A proposta que buscou-se efetivar com esse texto foi a de dar visibilidade a este tema que muitas vezes passa ao largo do interesse dos geógrafos da geração pós constituição de 1988, muitas vezes atrelada à visão dicotômica entre espaço e tempo, onde a geografia é afirmada como uma ciência que só trata do tempo presente.

A abordagem aqui trazida passou ao largo de diversos temas, focando efetivamente no espaço social político com ênfase na estrutura do Estado. Porém, dentro desse recorte temporal abordado, é possível desdobrar diversas análises com diversos recortes de uma mesma totalidade, o que se convencionou chamar de abordagem interseccional.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades In: **Colóquio O discurso geográfico na Aurora do século XXI**. Florianópolis: Programa de pós-graduação em Geografia/UFSC, 27-29 nov. 1996.

ALVES, **Maria Helena Moreira**. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARRUDA, A. **ESG: história de sua doutrina**. São Paulo: GRD; Brasília, DF: INL-MEC, 1980.

BRASIL. Lei nº 4.341, DE 13 de junho de 1964.

CALIXTO, J. S. **Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha**, MG. Dissertação (Mestrado em Administração)–Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

CARLOS, Ana Fani A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.

COMBLIN, Joseph Pe A. A Ideologia da Segurança Nacional (O Poder Militar na América Latina), trad. de A. **Veiga Fialho**, **Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro**, v. 51, 1978.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e cultura**, n. 5, p. 5-29, 1998.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014

FICO, Carlos. *O Golpe de 64: momentos decisivos*.-Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FRANCO, Marina. La “teoría de los dos demonios”: un símbolo de la posdictadura en la Argentina. *Contra corriente*, vol. 11, n. 02, Winter 2014, pp. 22-52. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/34129> . Acesso em: 22 fev. 2022.

LAGOA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. Brasiliense, 1983.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. 1818-1883 *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital/Karl Marx*; tradução Rubens Enderle. -- 2.ed. -- São Paulo: Boitempo, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**. -1ª ed- Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina**. Em publicação: *Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. 288 p. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf>> Acesso em: 27 nov. 2021

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova – da crítica da geografia a uma geografia crítica**. SP: EDUSP, 2004.

SODRÉ, Néelson Werneck. **A intentona comunista de 1935**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito**. Editora Companhia das Letras, 2018.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.